

AS RELEVANTES MUDANÇAS CONTÁBEIS ESTÃO CHEGANDO. A SUA ENTIDADE ESTÁ PREPARADA ?

Introdução geral:

As Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standard - IAS em inglês), atualmente conhecidas como normas IFRS (International Financial Reporting Standard) são um conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais publicados e revisados pelo IASB (International Accounting standards Board).

As normas IFRS foram adotadas pelos países da União Européia a partir do 31 de dezembro de 2005 com o objetivo de harmonizar as demonstrações financeiras consolidadas publicadas pelas empresas abertas européias. A iniciativa foi internacionalmente acolhida pela comunidade financeira. Atualmente numerosos países tem projeto oficiais de convergência das normas contábeis locais para as normas IFRS, inclusive agora no Brasil.

Objetivo das demonstrações financeiras em IFRS

O principal objetivo das demonstrações financeiras em IFRS é dar informações sobre a posição financeira, os resultados, e as mudanças na posição financeira de uma entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários (investidores, empregados, fornecedores, clientes, instituições financeiras ou governamentais, agencias de notação e publico) em suas tomadas de decisão.

Os pressupostos básicos da contabilidade internacional

Regime de competência

Continuidade

As características qualitativas das demonstrações financeiras em IFRS

Clareza

Relevância

Confiabilidade

Comparabilidade

Equilíbrio entre custo e benefício na preparação das demonstrações financeiras

As Regulamentações

A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM nº 457 de 13.07.2007 publicada no diário oficial da união em 16/07/2007 que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional esta instrução resolveu:

*Art. 1º As companhias abertas deverão, a partir do exercício **findo em 2010**, apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board IASB.*

O Brasil criou o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) através da Resolução CFC 1.055/05, esta elaborando a padronização com as Normas Internacionais da União Européia através de Pronunciamentos Técnicos.

O Projeto de Lei n. 3.741 de 2000, já aprovado pela Câmara dos Deputados, foi encaminhado ao Senado Federal que recebeu o No. 121/2007 e sancionada através da Lei 11.638 em 28.12.2007, que teve como principal objetivo:

- A convergência com as Normas Internacionais.

A Resolução do CFC 1.106/07 onde determina que as Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal devem seguir os padrões das Normas Internacionais a partir de 01/11/2007.

A Resolução do CFC 1.121/08 que aprova a NBC T 1 –Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis teve como objetivo emitir procedimentos de contabilidade e divulgar informações desta natureza visando permitir a emissão de Normas uniformes pelas Entidades Membro do CPC levando em consideração o processo de convergência às Normas Internacionais. Cabe salientar que a NBC T 1 já existia apenas foi reescrita para atender as Normas Internacionais.

O Terceiro Setor estará inserido neste processo e seus profissionais (contadores e administradores) devem se adequar às novas legislações. As Demonstrações Contábeis sofrerão alterações quanto a sua estrutura e nomenclaturas.

Neste novo contexto de encontro com as Normas Internacionais podemos afirmar que acabaram as regras das Normas Brasileiras de Contabilidade, ficando os Princípios Contábeis na definição dos procedimentos e critérios de contabilização.

Até o momento foram emitidas 7 IFRS - Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (incorporadas pelas IAS) e 41 IAS (Normas Internacionais de Contabilidade), como exemplo podemos citar a “IAS ou NIC 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis”, que prevê as demonstrações obrigatórias que devem ser apresentadas anualmente e comparativamente ao exercício anterior:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Superávit ou Déficit do exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Social;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas explicativas.

Temos também as Demonstrações opcionais:

- Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- Informe sobre impacto ambiental.

Como exemplo de Estrutura de Balanco Patrimonial previsto na NIC 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, podemos citar:

ATIVO	PASSIVO
ATIVOS CORRENTES	PASSIVOS CORRENTES
Caixas e Equivalentes	Fornecedores e Contas a Pagar
Clientes e Outras Contas a Receber	Passivos Fiscais
ATIVOS NÃO CORRENTES	Provisões da Folha
Títulos Negociáveis a LP	PASSIVOS NÃO CORRENTES
ATIVOS TANGÍVEIS E INTAGÍVEIS	Contas a Pagar a LP
Propriedades para Investimento	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Imobilizado Tangível	Patrimônio Social
Imobilizado Intangível	Reservas
	Superávit ou Déficit do Exercício

Por Alexandre Chiaratti e Ivan Pinto